feito diretamente junto a esta Coordenação, localizada a Rua Paes de Carvalho nº1128 – Centro – Castanhal-Pa, findo o qual sujeitar-se-á à cobrança executiva do crédito tributário.
GERDEN FERREIRA VIDA
Coordenador Fazendário-CERAT Castanhal

Protocolo: 216721

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO – CERAT CASTANHAL

O Coordenador Executivo Regional de Administração Tributária e Não Tributária, desta Secretaria de Estado da Fazenda. FAZ SABER que, pelo presente edital, fica NOTIFICADA a empresa abaixo relacionada, de que foi lavrado Auto de Infração e Notificação Fiscal de Trânsito – AINF, decorrente de Termo de Apreensão e Depósito – TAD, conforme abaixo detalhado.
AINF: 352017510002307-2
TAD: 352016390004812-3

CONTRIBUINTE: MANOEL BEZERRA DE OLIVEIRA
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 15.434.879-1

SERVIDOR AUTUANTE: ROBERTO MOTA BRANDÃO JUNIOR

O prazo para efetuar o recolhimento do crédito tributário ou apresentar impugnação são de 30 (trinta) dias, contados a partir do 15º dia da publicação desta Notificação, de acordo com o que estabelece a Lei nº6.182, de 30 de dezembro de 1998, alterada pela Lei nº7.078, de 28 de dezembro de 2007, o que poderá ser feito diretamente junto a esta Coordenação, localizada a Rua Paes de Carvalho nº1128 – Centro – Castanhal-Pa, findo o qual sujeitar-se-á à cobrança executiva do crédito tributário.
GERDEN FERREIRA VIDA
Coordenador Fazendário-CERAT Castanhal

Protocolo: 216728

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO – CERAT CASTANHAL

O Coordenador Executivo Regional de Administração Tributária e Não Tributária, desta Secretaria de Estado da Fazenda. FAZ SABER que, pelo presente edital, fica NOTIFICADA a empresa abaixo relacionada, de que foi lavrado Auto de Infração e Notificação Fiscal de Trânsito – AINF, decorrente de Termo de Apreensão e Depósito – TAD, conforme abaixo detalhado.
AINF: 322017510000921-5
TAD: 322017390000304-5

CONTRIBUINTE: ANDRESSA DE CASSIA FERNANDES BATISTA
SERVIDOR AUTUANTE: ALAN DA COSTA AZEVEDO

O prazo para efetuar o recolhimento do crédito tributário ou apresentar impugnação são de 30 (trinta) dias, contados a partir do 15º dia da publicação desta Notificação, de acordo com o que estabelece a Lei nº6.182, de 30 de dezembro de 1998, alterada pela Lei nº7.078, de 28 de dezembro de 2007, o que poderá ser feito diretamente junto a esta Coordenação, localizada a Rua Paes de Carvalho nº1128 – Centro – Castanhal-Pa, findo o qual sujeitar-se-á à cobrança executiva do crédito tributário.
GERDEN FERREIRA VIDA
Coordenador Fazendário-CERAT Castanhal

Protocolo: 216703

EDITAL DE INTIMAÇÃO

EDITAL DE INTIMAÇÃO

A secretária geral da Julgadoria de 1ª Instância da Secretaria de Estado da Fazenda FAZ SABER, a quem possa interessar, que os Autos de Infração e Notificação Fiscal abaixo relacionados foram julgados IMPROCEDENTES, em decisão de caráter definitivo, sob amparo da Lei nº 6.182/98.

012014510000227-6; 092014510003310-3; 352014510012793-4; 012012510004098-0; 352015510002939-5;

012016510004647-2; 012016510001013-3; 012016510001716-2; 012016510004057-1; 012016510003105-0.

Belém (PA), 17 de agosto de 2017.

ANA KÁTIA NASCIMENTO DA PAZ SARMENTO

Secretária-Geral da Julgadoria de 1ª Instância

EDITAL DE INTIMAÇÃO

A secretária geral da Julgadoria de 1ª Instância da Secretaria de Estado da Fazenda FAZ SABER, a quem possa interessar, que os Autos de Infração e Notificação Fiscal abaixo relacionados foram julgados IMPROCEDENTES, em decisão de caráter definitivo, sob amparo da Lei nº 6.182/98.

012014510000227-6; 092014510003310-3; 352014510012793-4; 012012510004098-0; 352015510002939-5;

012016510004647-2; 012016510001013-3; 012016510001716-2; 012016510004057-1; 012016510003105-0.

Belém (PA), 17 de agosto de 2017.

ANA KÁTIA NASCIMENTO DA PAZ SARMENTO

Secretária-Geral da Julgadoria de 1ª Instância

EDITAL DE INTIMAÇÃO

A secretária-geral da Julgadoria de 1ª Instância da Secretaria de Estado da Fazenda FAZ SABER, a quem possa interessar, que os Autos de Infração e Notificação Fiscal abaixo relacionados foram julgados NULOS, em decisões de caráter definitivo, sob amparo da Lei nº 6.182/98.

352015510006579-0; 662011510000012-8; 372016510001587-9.

Belém (PA), 17 de agosto de 2017.

ANA KÁTIA NASCIMENTO DA PAZ SARMENTO.

Secretária-Geral da Julgadoria de 1ª Instância.

Protocolo: 216882

OUTRAS MATÉRIAS

ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDÁRIOS - TARF ANÚNCIO DE Pauta PARA JULGAMENTO

A Secretaria Geral torna público a (s) data (s) de julgamento do (s) recurso (s) abaixo, a ocorrer na sala de sessões do Tribunal, sito em Belém, na Av. Gentil Bittencourt, 2566, 3º andar, entre Trav. Castelo Branco e Av. José Bonifácio:
PLENO

Em 29/08/2017, às 11:00h, RECURSO DE REVISÃO n.º 4305, AINF nº 012014510002250-1, contribuinte MARISA LOJAS S.A., Insc. Estadual nº. 15119450-5, advogado: ITALO COSTA SIMONATO, OAB/SP-311479.

Em 29/08/2017, às 11:00h, RECURSO DE REVISÃO n.º 4307, AINF nº 012014510002261-7, contribuinte MARISA LOJAS S.A., Insc. Estadual nº. 15187180-9, advogado: ITALO COSTA SIMONATO, OAB/SP-311479.

Em 29/08/2017, às 11:00h, RECURSO DE REVISÃO n.º 4308, AINF nº 012014510002269-2, contribuinte MARISA LOJAS S.A., Insc. Estadual nº. 15202575-8, advogado: ITALO COSTA SIMONATO, OAB/SP-311479.

Em 29/08/2017, às 11:00h, RECURSO DE REVISÃO n.º 4310, AINF nº 012014510002281-1, contribuinte MARISA LOJAS S.A., Insc. Estadual nº. 15291817-5, advogado: ITALO COSTA SIMONATO, OAB/SP-311479.

Em 29/08/2017, às 11:00h, RECURSO DE REVISÃO n.º 4312, AINF nº 012014510002292-7, contribuinte MARISA LOJAS S.A., Insc. Estadual nº. 15293434-0, advogado: ITALO COSTA SIMONATO, OAB/SP-311479.

Em 29/08/2017, às 11:00h, RECURSO DE REVISÃO n.º 4313, AINF nº 012014510002299-4, contribuinte MARISA LOJAS S.A., Insc. Estadual nº. 15352522-3, advogado: ITALO COSTA SIMONATO, OAB/SP-311479.

ACÓRDÃOS

PRIMEIRA CÂMARA

ACÓRDÃO N.5492- 1ª. CPJ. RECURSO N. 12969 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 012015510006278-0). CONSELHEIRA RELATORA: MARIA DE LOURDES MAGALHAES PEREIRA. EMENTA: ITCD. DOAÇÃO. DECLARAÇÃO IRPF. NÃO RECOLHIMENTO. 1. Deixar de recolher o Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de quaisquer bens ou direitos - ITCD, no prazo fixado pela legislação, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte à penalidade legalmente prevista, independente do recolhimento do imposto devido. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 31/07/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 31/07/2017.

ACÓRDÃO N.5491- 1ª. CPJ. RECURSO N. 12157 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 012014510000287-0). CONSELHEIRA RELATORA: ANGELA MARIA BARBOSA MARQUES DE AZEVEDO. EMENTA: ICMS. DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS. 1. Deve ser indeferida a diligência solicitada pelo contribuinte, quando a documentação constante dos autos é suficiente à comprovação da atuação fiscal. 2. Equipara-se a contribuinte do ICMS, para o efeito de cobrança do imposto referente ao diferencial de alíquota, qualquer pessoa jurídica, que adquira mercadorias ou serviços, em outra unidade federada, com carga tributária correspondente à aplicação de alíquota interestadual, destinando-os ao ativo permanente, uso ou consumo (RICMS, art. 14, § 4º). 3. Deixar de recolher ICMS relativo à operação com mercadoria oriunda de outra unidade da federação, destinada ao uso/consumo à integração ao ativo permanente do estabelecimento, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte à penalidade legalmente prevista, independente do recolhimento do imposto devido. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: VOTO DE QUALIDADE, votos contrários da Conselheira Maria de Lourdes Magalhães Pereira e do Conselheiro Nilson Monteiro de Azevedo, pelo conhecimento e provimento do recurso, pela improcedência do AINF. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 31/07/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 31/07/2017.

ACÓRDÃO N.5490- 1ª. CPJ. RECURSO N. 12155 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 012014510000464-3). CONSELHEIRA RELATORA: ANGELA MARIA BARBOSA MARQUES DE AZEVEDO. EMENTA: ICMS. DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS. 1. Deve ser indeferida a diligência solicitada pelo contribuinte, quando a documentação constante dos autos é suficiente à comprovação da atuação fiscal. 2. Equipara-se a contribuinte do ICMS, para o efeito de cobrança do imposto referente ao diferencial de alíquota, qualquer pessoa jurídica, que adquira mercadorias ou serviços, em outra unidade federada, com carga tributária correspondente à aplicação de alíquota interestadual, destinando-os ao ativo permanente, uso ou consumo (RICMS, art. 14, § 4º). 3. Deixar de recolher ICMS relativo à operação com mercadoria oriunda de outra unidade da federação, destinada ao uso/consumo à integração ao ativo permanente do estabelecimento, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte à penalidade legalmente prevista, independente do recolhimento do imposto devido. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: VOTO DE QUALIDADE, votos contrários da Conselheira Maria de Lourdes Magalhães Pereira e do Conselheiro Nilson Monteiro de Azevedo,

pelo conhecimento e provimento do recurso, pela improcedência do AINF. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 31/07/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 31/07/2017.

ACÓRDÃO N.5489- 1ª. CPJ. RECURSO N. 12949 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 012015510001014-4). CONSELHEIRO RELATOR: MARCOS AUGUSTO CATHARIN. EMENTA: ITCD. DOAÇÃO. OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR. 1. Ocorre o fato gerador do imposto na doação de proventos de trabalho pessoal de um dos consortes a outro, pelo fato desses valores não se comunicarem. Inteligência do artigo 1659, inciso VI do Código Civil. 2. Deixar de recolher o ITCD sobre a doação de quaisquer bens ou direitos, no prazo legal, constitui infringência à legislação tributária, sujeitando o contribuinte às penalidades legais independentemente do imposto devido. 3. Recurso conhecido e provido. DECISÃO: VOTO DE QUALIDADE, votos contrários da Conselheira Maria de Lourdes Magalhães Pereira e do Conselheiro Nilson Monteiro de Azevedo, pelo conhecimento e improvido do recurso, pela improcedência do AINF. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 31/07/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 31/07/2017.

ACÓRDÃO N.5488- 1ª. CPJ. RECURSO N. 12465 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 012015510005918-6). CONSELHEIRO RELATOR: MARCOS AUGUSTO CATHARIN. EMENTA: ITCD. DOAÇÃO. COBRANÇA INDEVIDA. 1. Deve ser mantida a decisão de 1ª Instância que declara extinto o crédito tributário constituído através de AINF lavrado em razão do não recolhimento do ITCD, quando comprovado nos autos que a transmissão dos bens decorreu de causa mortis, e não doação, com o recolhimento do respectivo imposto devido. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 31/07/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 31/07/2017.

Protocolo: 216851

PORTARIAS DE ISENÇÃO DE ICMS – CAT

Portaria n.º201701000917 de 17/08/2017 - Proc n.º 002017730016953/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.

Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)

Interessado: Edmilson Goncalves – CPF: 257.944.422-04

Marca: CHEV/PRISMA 1.4MT LTZ ECONOFLEX. Tipo: Pas/Automóvel

Portaria n.º201701000919 de 17/08/2017 - Proc n.º 002017730012591/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.

Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)

Interessado: Jaime Goncalves Coloco – CPF: 125.488.042-91

Marca: VW/VOYAGE 1.6 COMFORTL MPI UP Tipo: Pas/Automóvel

PORTARIAS DE ISENÇÃO DE IPVA – CAT

Portaria n.º201704005503, de 17/08/2017 - Proc n.º 2017730016932/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Rafael de Souza Lemos – CPF: 380.866.622-68

Marca/Tipo/Chassi

FIAT/UNO WAY 1.0/Pas/Automóvel/9BD195162B0062478

Portaria n.º201704005505, de 17/08/2017 - Proc n.º 2017730016936/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Emilio Moraes de Souza – CPF: 207.618.722-72

Marca/Tipo/Chassi

TOYOTA/ETIOS SD PLATINUM/Pas/

Automóvel/9BRB29BT8G2090228

Portaria n.º201704005507, de 17/08/2017 - Proc n.º 2017730016955/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Paulo Roberto Costa da Paixão – CPF: 127.168.552-34

Marca/Tipo/Chassi

I/FIAT SIENA EL FLEX/Pas/Automóvel/8AP372111C6019516

Portaria n.º201704005509, de 17/08/2017 - Proc n.º 2017730016821/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Silvio Cezar Farias de Souza – CPF: 278.164.862-00

Marca/Tipo/Chassi

FIAT/SIENA ATTRACTIV 1.4/Pas/

Automóvel/9BD19713MG3279101